

L E I Nº 383/60

Data : 27 de julho 1960.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a outorgar
procurações a pessoas físicas ou jurídicas.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná,
decretou e eu, Prefeito Municipal, sancionado a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo de Bandeirantes
autorizado para, em nome do Município, outorgar procuração a pessoas físicas ou
jurídicas, para o fim de receberem do Governo do Estado do Paraná, a quota prevista
no artigo 20 da Constituição Federal.

Artigo 2º - Quando as procurações constantes do artigo 1º
forem outorgadas e aceitas pelos outorgados, a título de garantia de créditos junto a
este Município, por prestação de serviços ou fornecimentos, fica o Poder Executivo
Municipal autorizado a aplicar a arrecadação dos impostos e taxas, dotados para tais
serviços ou fornecimentos, em amortização da dívida flutuante municipal.

Parágrafo Único - A aplicação da arrecadação dos
impostos constantes deste artigo, serão destinados com preferência para a limitação
de créditos oriundos de transferência de salários e constará a importância de cem
mil cruzeiros e os demais a critério do Chefe do Poder Executivo, ficando a presente
Lei em vigor até a liquidação dos débitos constantes do balanço de encerramento de
31 de dezembro de 1959.

Artigo 3º - Ficam aprovados todos os atos do Poder
Executivo, já praticados em consonância com a presente Lei.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 27 de
julho de 1960.

José Mário Junqueira
Prefeito Municipal

Antônio C. Zulmires de Campos
Oficial administrativo

